

O AUTOR

Renato Ortiz

Professor Titular do Departamento de Sociologia da Unicamp. Professor colaborador na Pós-graduação da ECA-USP.

VIOLÊNCIA E GLOBALIZAÇÃO¹

Crise de 11 de setembro leva EUA a desencadear violência em escala planetária

Qualquer reflexão a partir de um ato de violência é sempre polêmica e difícil. Diante da brutalidade do fato a mente oscila entre a faculdade de compreensão e a re-provação ética. Para evitar malentendidos digo logo no início deste texto: o ataque ao World Trade Center, ceifando a vida de milhares de inocentes, é um ato condenável. Como todo atentado contra a população civil – bombardeio das cidades européias durante a II Guerra Mundial, bomba atômica em Hiroshima e Nagasaki, napalm no Vietnã, massacres étnicos na África – não podemos com ele ser coniventes. Mas a condenação moral, malgrado sua intenção, não nos ajuda a compreender o que passou. A indignação não pode cegar-nos a ponto de desconhecermos o significado do evento. Por isso,

qualquer explicação do tipo: “trata-se de obra de fanatismo”, “um ato irracional”, “um comportamento psicótico” nada acrescenta ao que se quer analisar. Categorias como estas têm talvez uma compensação psicológica diante do que ocorreu mas dificilmente apreendem o âmago da questão. A violência não é algo gratuito (como gostaríamos que fosse), pois se insere na lógica da sociedade. Como o crime para Durkheim², ela é um fato social “normal”, isto é, um fenômeno social significativo sendo, portanto, passível de entendimento. Essa verdade dolorosa, incômoda, é corroborada pela existência de uma formidável indústria bélica, pelos conflitos e pelas guerras.

Muito do que ocorreu pode ser considerado sob o ângulo da globalização. Esta é uma chave importante para entendermos

1. Palestra proferida na Escola de Comunicações e Artes da USP, por ocasião do Debate sobre os ataques de 11 de setembro, aos EUA. Setembro de 2001.

2. Cf. DURKHEIM, E. *Da divisão do trabalho social; as regras do método sociológico; o suicídio; as formas elementares da vida religiosa*. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1993.

o quadro da sociedade contemporânea. Durante os inúmeros debates de que participei ao longo da década de 90, costumava dizer que, entre a queda do muro de Berlim e a Guerra do Golfo, eu preferia esta última como marco de uma nova época. A *debacle* soviética determinou mais o fim de uma ordem do que o início de outra. Já a Guerra do Golfo trazia os germes de algo desconhecido. Foi uma ação militar orquestrada no seio de uma organização internacional (ONU), havia um inimigo claro a ser abatido, e a vontade de uma ação coletiva realizada em nome de *todos* os países do Planeta. A invasão ao Iraque (não tenho a menor intenção de justificá-la) contou inclusive com o apoio do mundo árabe, e se os norte-americanos não conseguiram derrubar o regime de Sadam Hussein foi porque as próprias regras que iniciaram o ataque (fazer com que os iraquianos recuassem seu exército para trás de uma zona considerada ocupada) mantiveram sua validade. O conflito se esgotou quando os objetivos foram atingidos, ou seja, a comunidade internacional havia circunscrito sua legitimidade a determinadas condições.

O atentado ao World Trade Center expressa o movimento de globalização de forma ainda mais perfeita. O inimigo já não é mais um Estado-nação, mas um grupo nômade capaz de controlar e administrar em escala ampliada um conjunto de técnicas de violência.

Sabendo que uma das características do processo atual é a fragilização do Estado-nação, nos encontramos diante de um evento paradigmático. Para diversos analistas ele já é considerado como o verdadeiro início do século XXI.

Até recentemente, sobretudo na literatura sobre as relações internacionais, predominava uma visão que apontava para a existência de uma “desordem mundial”. Lida de maneira ingênua, tal afirmação levava a um entendimento inteiramente equívoco do século passado. Não se pode esquecer que a *ordem* anterior conteve dentro dela duas guerras mundiais, diversas guerras de descolonização, um primeiro experimento atômico, além de múltiplos massacres de populações civis nas esferas de influência soviética e norte-americana. No entanto, tudo isso fazia sentido nos marcos da Guerra Fria. A noção de *ordem* advinha da existência de um quadro organizado das forças envolvidas mas nada tinha a ver com uma situação de paz.

QUEDA DO IMPÉRIO

A *ordem* mundial que inaugura este século XXI não dispensa a presença da violência, o novo é que ela se organiza em outro molde, distinto do monopólio que a confinava aos limites dos territórios nacionais. Neste sentido as fronteiras dos países, a separação entre interno e externo, nós e eles, se dilui. Ficou claro a dificuldade de se nomear um inimigo sem rosto, desterritorializado, de se detectar o centro de operações que deslançou a ação militar. Não há centro, existe apenas a intenção violenta amparada por uma rede descontínua que lhe dá sustentação material.

Por outro lado, os norte-americanos tinham se acostumado a pensar-se como estando *fora* do mundo, como se ainda fosse possível traçar uma linha divisória, nítida e segura, entre *eles* e os *outros*.

Esta ilusão, alimentada por uma política internacional isolacionista, se desfez (a não participação dos Estados Unidos na Unesco, sua retirada do protocolo de Kyoto, a política no Oriente Médio etc.).

Mas seria errôneo pensarmos que o embaralhamento das fronteiras diz respeito apenas a *eles*, na verdade, todos estamos envolvidos. Neste sentido, o atentado não se passou nos Estados Unidos mas numa província do mundo. No futuro poderá reproduzir-se em outros lugares. A *nova ordem* requer, portanto, instituições que consigam arbitrar a "política interna mundial". Instituições que não sejam o mero reflexo das ambições e dos interesses dos países mais ricos, reproduzindo, em nível global, as desigualdades existentes na realidade.



O evento da World Trade Center simboliza também o fim do império americano. A rigor, um domínio de curta duração, estendendo-se da II Grande Guerra ao final do século XX. As análises econômicas apontavam para isso já há algum tempo. A emergência do Japão e da Comunidade Européia, sem esquecer o desenvolvimento recente da China, criou novas zonas de produção e comércio diretamente concorrentes com os produtos norte-americanos. O capitalismo *flexível*, descentrando as unidades produtivas, infligiu uma reestruturação radical na economia dos Estados Unidos. A própria indústria cultural, que até então reinava sem contestação, foi obrigada a redimensionar suas ambições. Pokemon desbancou Pato Donald e a indústria televisiva da comunidade européia e asiática (e mesmo latino-americana) deslocou a predominância das séries americanas para as ficções televisivas locais. Permaneceu apenas a hegemonia dos filmes de Hollywood, sem esquecer porém que boa parte de seus estúdios são hoje propriedade de capitais japoneses e europeus.

Difícilmente poderíamos escrever, como o fez na década de 70 Jeremy Thunstall (um ideólogo do domínio norte-americano) que a "media are American" (A mídia é norte-americana). Neste momento, a preponderância dos Estados Unidos era indiscutível. Não quero com isso dizer que o país já não tenha mais importância. Seria um equívoco. Mas as bases materiais para exercer sua dominação se desfizeram. Vive-se, no entanto, uma contradição, diante dessas transformações, contrapondo-se a elas, a mentalidade imperialista sobrevive e se manifesta. Em 1941 a revista Life, com orgulho e auto-

segurança, dizia: “América é o centro dinâmico dos trabalhadores da humanidade. América é o bom samaritano. América é a casa de força dos ideais da Liberdade e da Justiça”. Versão popular e apologética do americanismo. Hoje o lema “Quem não está conosco está contra nós” é de outra natureza. Sua função é meramente reativa. As convocações à guerra do presidente Bush, a vontade de retaliação a qualquer custo, a oposição entre o *bem* e o *mal*, a desqualificação da civilização islâmica são parte desta mentalidade beligerante. O que nos leva a uma primeira conclusão: os Estados Unidos tornam-se uma ameaça mundial. Pois a busca por uma compensação ao ataque cometido pode colocar em marcha um perigoso mecanismo para a convivência planetária. Dito em termos mais abstratos: qualquer ação imperialista num mundo globalizado é fonte potencial de conflito. Segue desta argumentação o seu corolário: a retomada do nacionalismo, pois, afinal, o conceito de imperialismo funda-se na idéia da centralidade da nação.

GLOBALISMO E NACIONALISMO

Na discussão sobre a globalização, o nacionalismo é muitas vezes visto como um freio ao processo de integração. Como se ele fosse capaz de reafirmar a autoridade do Estado-nação face ao movimento de sua debilitação. Exemplo: o esfacelamento das antigas repúblicas soviéticas. Na verdade, deve-se pensar as coisas do ponto de vista inverso. O nacionalismo norte-americano, liberado pelo acontecimento sangrento em Nova York, não foge à regra. Diante da impossibilidade de uma ação imediata, não se sabe onde se encontra o inimigo, a retórica nacional atua

como consciência coletiva unindo os indivíduos em pânico. Ela tem ainda uma função ideológica: preparar o país para a guerra e as medidas de exceção. Mas não nos iludamos. Não se trata do *retorno* do Estado-nação. Retomo de Marx uma metáfora sugestiva, ela caracteriza bem nossa situação. Ele dizia que durante a Revolução Industrial a burguesia tinha tido um papel *heróico* ao romper com a ordem social anterior. Porém, no final do século XIX, esta mesma burguesia vivia à sombra de si mesma. No mundo atual o Estado-nação perdeu o seu lado *heróico*. Sua afirmação revela mais a sua fragilidade do que sua força. Ele não mais cria, como antes, sociedade civil e democracia, sua intenção é puramente reativa. Retaliar para afirmar-se.

O nacionalismo é certamente um capítulo deste século que se abre, desmentindo a tese apressada do desaparecimento do Estado-nação, mas a sua face e o seu significado mudaram de sentido.

Por fim a questão dos valores. O advento da modernidade-mundo implica a emergência de um território público em escala ampliada. Ele transcende e atravessa os espaços locais e nacionais. Por isso os meios de comunicação, que já haviam transformado a política nacional – particularmente a televisão – tornam-se cada vez mais importantes. Satélites, cabos, computadores, fibras óticas, transnacionalização das empresas de comunicação são fatores

determinantes no quadro político atual. Não é sem razão que as Organizações Não-Governamentais – ONG, espécie de metáfora do fazer política em âmbito global, se identificam ao uso das novas tecnologias (utilização vista usualmente como sendo alternativa). Também é sintomático que se inicie neste século XXI um debate sobre uma possível *democracia cosmopolita*, uma *sociedade civil mundial*, uma *cidadania mundial*, isto é, temas extensivos ao planeta como um todo e já não mais restritos às fronteiras do Estado-nação. Ele envolve atores diferenciados, ONGs, movimento ecológico, religiões.

É significativo constatar que nos últimos anos a discussão sobre a ética tenha ressurgido em termos planetários. Na década de 90, a Unesco organizou dois debates sobre “ética universal” e sua relação com a temática da globalização (Paris, março 1997; Nápoles, dezembro 1997). O filósofo Karl Apel tem insistido sobre a necessidade de os problemas mundiais serem equacionados a partir de uma base comum de valores partilhados por todos. O livro de Edgar Morin, *Pátria Terra*³, exprime o mesmo estado de espírito. Como os problemas ambientais existentes têm uma envergadura planetária, seria urgente, segundo o autor, construirmos uma plataforma comum de valores eticamente partilhados. Podemos ler essa discussão de várias formas, concordarmos ou discordarmos dos pontos de vista apresentados. Às vezes tenho a

impressão de que a ênfase na ética significa deixar a política de lado, porém o que gostaria de sublinhar é que no quadro atual este debate encontra-se comprometido.

Valores como democracia, cidadania, liberdade estão ameaçados quando no plano mundial o tema da segurança adquire uma dimensão desproporcional.

Tudo se passa como se tivéssemos assistindo à emergência de uma *ideologia da segurança*, não mais nacional, como a conhecíamos no Brasil na época da ditadura militar, mas mundial. Diante de uma violência ilegítima (os atos terroristas) e outra orquestrada pelo poderio militar, os ideais acima citados têm pouco espaço para se manifestar. Isso não é apenas inquietante mas profundamente perigoso. Pois as questões do abuso aos direitos individuais, da xenofobia, da discriminação, da desigualdade, que vivemos no cotidiano de nossas cidades (do terceiro ao primeiro mundo), são traduzidas em linguagem de *insegurança*, demandando daqueles que têm os meios da força, mas não a autoridade, uma resposta simples: a legitimação da violência em escala planetária.

3. MORIN, Edgar. *Terra-Pátria*. Rio Grande do Sul: Edições Sulinas, 1996.

Resumo: O artigo discute os atentados ocorridos nos EUA em 11 de setembro, tendo como contexto a globalização da violência. Tal aspecto chama a atenção para as mudanças ocorridas no cenário internacional no que diz respeito ao poderio norte-americano e ao papel dos Estados-nação no quadro das disputas expansionistas. O autor destaca também a institucionalização de um aparato discursivo que dissemina a linguagem de insegurança, maneira de legitimar a violência em escala planetária.

Palavras-chave: violência, World Trade Center, Estado-nação, norte-americanos, globalização, nacionalismo

(Violence and globalization)

Abstract: The article discusses the terror attacks against the U.S. on September 11, having as its context the globalization of violence. This aspect calls the reader's attention to the changes that took place internationally regarding American power and the role Nation-states have in expansionist disputes. The author also highlights the institutionalization of a discursive apparatus that disseminates the language of lack of safety, a way to make violence legitimate worldwide.

Key words: violence, World Trade Center, Nation-state, Americans, globalization, nationalism